

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 11-3-2020.

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Tóvi e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Eng^o Comassetto, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 257/19 (Processo n^o 0602/19), de autoria de Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa, João Bosco Vaz, Prof. Alex Fraga, Mauro Zacher, Eng^o Comassetto, Roberto Robaina, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Karen Santos, Cláudia Araújo, Cláudio Janta e Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 258/19 (Processo n^o 0614/19), de autoria de Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, José Freitas, Hamilton Sossmeier, Lourdes Sprenger e Paulo Brum; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 238/19 (Processo n^o 0543/19), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 268/19 (Processo n^o 0636/19), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 264/19 (Processo n^o 0625/19), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 277/19 (Processo n^o 0650/19), de autoria de Mauro Zacher; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 001/20 (Processo n^o 0001/20), de autoria de Valter Nagelstein. Também, foram apregoados os Ofícios n^{os} 088, 089 e 090/20, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, Veto Total aos Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 043 e 156/19 e Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo n^o 018/19 (Processos n^{os} 0081, 0328 e 0203/19, respectivamente). A seguir, foi apregoado documento firmado por Hamilton Sossmeier, informando sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro no dia nove de março do corrente. Em continuidade, foi apregoado requerimento de autoria de Cláudio Conceição, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia dez ao dia treze de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, do dia onze ao dia treze de março do corrente, Farid Germano Filho, informando-o que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Na ocasião, foi apregoada declaração firmada por Reginaldo Pujol, Líder da Bancada do DEM, informando o impedimento do suplente Dinho do Grêmio em assumir a vereança do dia dez ao dia treze de março do corrente. Após, foi aprovado requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia onze de março do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE

LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Farid Germano Filho, Cláudio Janta, Mauro Pinheiro, este duas vezes, João Bosco Vaz, Dr. Goulart e Mônica Leal. Na oportunidade, foi apregoado documento firmado por Cassiá Carpes, João Carlos Nedel e Mônica Leal, informando que, a partir do dia onze de março do corrente, os cargos de Líder e Vice-Líder da Bancada do PP serão exercidos, respectivamente, por Cassiá Carpes e Mônica Leal. Às quinze horas e trinta e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoado requerimento de autoria de Felipe Camozzato, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19 (Processo nº 0612/19). Foram apregoadas as seguintes emendas e subemendas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19: Emenda nº 02, assinada por Lourdes Sprenger e Idenir Cecchim; Emenda nº 03, assinada por Adeli Sell; Emenda nº 04, assinada por Ricardo Gomes e Reginaldo Pujol; Emenda nº 05 e Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, assinadas por Adeli Sell e Mauro Pinheiro; Emenda nº 06 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 05, assinadas por Cassiá Carpes, João Carlos Nedel e Mônica Leal. Foi aprovado requerimento de autoria de Cassio Trogildo, solicitando votação em destaque para o artigo 5º e para o parágrafo único do artigo 5º do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 051/17 (Processo nº 3137/17). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19 (Processo nº 0612/19), após ser discutido por Adeli Sell, em tempo cedido por Aldacir Oliboni, Valter Nagelstein, Prof. Alex Fraga, Lourdes Sprenger, Ricardo Gomes, Mauro Zacher e Felipe Camozzato, este em tempo cedido por Mendes Ribeiro, e encaminhado à votação por Adeli Sell, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim e Mauro Zacher. Foi apregoado requerimento de autoria de Adeli Sell, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19. Foram apregoadas as seguintes emendas e subemendas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19: Subemenda nº 02, assinada por Adeli Sell, à Emenda nº 05; Emenda nº 07, assinada por Mauro Zacher; Subemenda nº 02, assinada por Felipe Camozzato, à Mensagem Retificativa nº 01; Emenda nº 08, assinada por Felipe Camozzato; Emenda nº 09, assinada por Ricardo Gomes, Felipe Camozzato e Cláudia Araújo. Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19. Foi aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Mensagem Retificativa nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, por vinte e nove votos SIM, em votação nominal solicitada por Alvoni Medina, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Subemenda nº 02 aposta à Mensagem Retificativa nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, por dez votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal solicitada

por Felipe Camozzato, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely e Ricardo Gomes e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi, Professor Wambert e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, por seis votos SIM e vinte e cinco votos NÃO, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato, tendo votado Sim Alvoni Medina, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher e Márcio Bins Ely e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, por oito votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Comandante Nádia, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely e Ricardo Gomes e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi, Professor Wambert e Roberto Robaina. Foi aprovada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19. Foi rejeitada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 05 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, por dezesseis votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Ricardo Gomes e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Tóvi e Professor Wambert. Foi aprovada a Subemenda nº 02 aposta à Emenda nº 05 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, por vinte e oito votos SIM e cinco votos NÃO, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga,

Professor Tóvi, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Roberto Robaina e Não Cassiá Carpes, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Zacher e Mônica Leal. Foi aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, por dezenove votos SIM e treze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Ricardo Gomes e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Tóvi e Professor Wambert. Foi rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, por doze votos SIM, dezessete votos NÃO e duas ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Mauro Zacher, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga e Ricardo Gomes, votado Não Adeli Sell, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Tóvi e Professor Wambert e optado pela Abstenção Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa. Foi rejeitada a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, por sete votos SIM e vinte e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Comandante Nádia, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, Mendes Ribeiro e Ricardo Gomes e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi e Professor Wambert. Foi aprovada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, por trinta votos SIM, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Tóvi, Professor Wambert e Ricardo Gomes. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 020/19, por vinte e cinco votos SIM, cinco votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Farid Germano Filho, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano

Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Tóvi e Professor Wambert, votado Não Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Mauro Zacher, Prof. Alex Fraga e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção Karen Santos. Foi apregoada a Emenda nº 10, assinada por Farid Germano Filho e Reginaldo Pujol, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 051/16 (Processo nº 0620/16), e foi aprovado requerimento de autoria de Farid Germano Filho, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por José Freitas, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 017/18 (Processo nº 0271/18), e foi aprovado requerimento de autoria de José Freitas, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Cláudio Janta, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 021/15 (Processo nº 0247/15), e foi aprovado requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 10, assinada por Prof. Alex Fraga, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina e Adeli Sell, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/19 (Processo nº 0442/19), e foi aprovado requerimento de autoria de Engº Comassetto, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 051/17 (Processo nº 3137/17), com Veto Parcial. Foram votados destacada e conjuntamente e rejeitados o artigo 15 e o parágrafo único do artigo 15 do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 051/17, por nove votos SIM e dezoito votos NÃO, considerando-se mantido o veto oposto, após serem encaminhados à votação por Cassio Trogildo e Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista e Prof. Alex Fraga e Não Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Tóvi, Professor Wambert e Ricardo Gomes. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 051/17, em sua parte vetada e não destacada, por vinte e cinco votos SIM, considerando-se rejeitado o veto oposto, tendo votado Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Farid Germano Filho, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Ricardo Gomes. Durante a sessão, Roberto Robaina, Farid Germano Filho, Dr. Goulart e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e dezenove minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo

Brum e Lourdes Sprenger e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Apregoo comunicado firmado pelo Ver. Hamilton Sossmeier, informando sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, no dia 09 de março de 2020. Seja bem-vindo! (Palmas.)

Em razão da Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Cláudio Conceição no período de 10 a 13 de março de 2020, declaro empossado o Ver. Farid Germano Filho, em razão da impossibilidade de o suplente Dinho do Grêmio assumir a vereança, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia de hoje, 11 de março de 2020. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Paulo Brum, presidindo os trabalhos nesta quarta-feira, quando esperamos ter algumas votações. Colegas vereadoras e vereadores, cidadãos e cidadãs, na cidade de Porto Alegre, não bastasse os abandonos dos múltiplos serviços necessários para termos uma cidadania digna, agora, começando as aulas, a SMED não se preparou, não fez o dever de casa e faltam professores. As crianças não têm professores, a rede municipal de ensino, da qual a Secretaria Municipal, a Prefeitura, é responsável por cuidar desde a educação básica infantil, faltam 9 mil vagas nas creches e escolas infantis. Eu vou repetir: 9 mil crianças com direito a estarem numa escola infantil conveniada do Município – que normalmente se chama aqui de creche –, não têm acesso à escola. Faltam monitores, faltam estagiários, falta tudo! O processo de educação, em Porto Alegre, é um atraso. Nesta Casa, nós temos colegas que são professores, como eu, e sabem que nós não podemos nos calar diante dessa situação. Se fala muito em educação, novo modelo, contratualizações, entidade do terceiro setor que vai cuidar de um conjunto de questões, mas o básico não acontece. A Prefeitura e o secretário estão cortando o segundo turno, o turno inverso, a ideia generosa de Darcy Ribeiro que começou lá com Anísio Teixeira, mas todos se lembram de Darcy Ribeiro e da escola de tempo integral no governo de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro em especial; aqui também, na época do Collares, iniciou-se esse processo. Quero falar especialmente à bancada do PDT, que tem levantado o tema da educação: hoje é hora de unir vozes, unir movimentos, como fizemos vários vereadores aqui, Alvoni Medina, digno presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, enviando ao secretário uma convocação para que venha aqui explicar essa situação dramática. É um infortúnio que vivem as pessoas, não é uma tragédia a falta de professores, tragédia seria uma coisa alheia às pessoas, é um infortúnio porque o gestor público não cumpriu com o seu dever. Então, Ver. Alvoni, V.

Exa. que dirige essa importante Comissão nesta Casa preocupada com o cidadão, com a dignidade de pais e mães que precisam trabalhar, mas também os seus filhos que precisam estudar, têm o direito de estudar. O direito à educação está lá posto e nós temos que continuar a levantar essa bandeira, e não será apenas sua, como presidente, mas de toda a comissão e dos 36 vereadores desta Casa. Conte com a gente nessa grande batalha para que não falte nenhum professor em nenhuma disciplina, que não faltem mais monitores, que não faltem mais estagiários para que as crianças não fiquem abandonadas. Porque, vejam, com a situação de calamidade e de violência que existe, se não chega o professor, as crianças, muitas vezes, saem da escola, vão para casa ou não vão para a casa e ficam na rua! Por isso, senhores vereadores e senhoras vereadoras, falo aqui em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, o Oliboni, Sgarbossa, Comassetto e eu, Adeli, nós quatro temos essa grande preocupação e estamos nessa peleia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, venho à tribuna para falar em nome do meu partido PSOL, portanto, falo em nome dos colegas Karen Santos e Roberto Robaina. Nós recentemente iniciamos mais um ano letivo, o ano letivo de 2020. Como é de praxe, a recepção dos alunos geralmente é um momento alegre, um momento de reencontro, um momento em que os estudantes que alçaram ou foram promovidos ao próximo nível de ensino reencontram os seus colegas, os seus professores, os novos professores e os antigos, e, portanto, é um reinício de jornada. Mas, infelizmente, a irresponsabilidade do secretário Adriano Naves de Brito, mais uma vez, deixa a desejar neste Município. Eu trouxe algumas imagens que mostram o interior das nossas escolas no primeiro dia de aula.

(Procede-se à apresentação de PowerPoint.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Dá para entender como é que uma escola pode funcionar nessa situação? Pilhas de galhos de árvores cortados durante as férias e não recolhidos na Restinga. A pracinha, o parquinho onde as crianças brincam durante os momentos de recreação, tomada de mato. E, caso vocês que estão nos acompanhando pela TVCâmara ou os vereadores não saibam, nós temos infestação de escorpiões amarelos na cidade de Porto Alegre! E esse é um terreno fértil para que esses animais se proliferem e se espalhem. Irresponsabilidade, porque a SMED vem desmanchando os seus serviços prestados às escolas. Com o calor que faz ultimamente talvez alguns não saibam, mas o setor da SMED que fazia a manutenção dos ventiladores foi desmontado. A SMED não presta mais serviço de conserto às nossas escolas! A SMED antes encaminhava, antes do início do ano letivo, equipes para limpar

as escolas, para cortar o mato das escolas; isso não existe mais! Só que a gente tem que aguentar aquela ladainha miserável do secretário de educação quando vem à Câmara de Vereadores dizendo “eu aumentei a verba para as escolas”, só que essa verba tem que dar conta da limpeza, da manutenção, do conserto, de desobstrução de esgoto, ou seja, aquele dinheiro que antes era utilizado para fins escolares, agora tem que dar conta da manutenção estrutural de uma escola. É pouco! O secretário vai utilizar isso para benefício próprio, dizendo: “Aumentei a verba”. Aumentou a verba, mas aumentou a demanda. Portanto, quanto mais gastos colocarem sobre os ombros de nossas escolas, menos sobrá para atender aos nossos alunos. Tem escolas que não conseguem comprar papel higiênico e material de limpeza. Por quê? Por causa disso, porque a escola tem que cortar. Acionamos o DMLU que se disse desautorizado –desautorizado – a prestar o serviço de limpeza dentro das escolas; diz que é com a SMED. A SMED, quando acionada, diz que é com a escola. Esse governo é um governo canalha, é um governo irresponsável. Portanto, peço a atenção dos senhores vereadores e das senhoras vereadoras para essa situação: as nossas crianças estão abandonadas pela Secretaria Municipal de Educação. O Ver. Adeli fez uma colocação importante de falta de professores e professoras. Sim, o governo, que diz que valoriza a educação, não valoriza coisa nenhuma. A falta de profissionais de educação é gigantesca. Fizemos um levantamento com as escolas da nossa rede, e, somente de português, faltam 720 horas, totalizando 36 professores, porque a SMED não concede regimes para aumentar a carga horária dos professores. Está esperando estourar para chamar contratados que recebem menos, que não têm benefícios associados a suas carreiras. Ou seja, eles querem deixar tudo estourar para chamar o tapa-buraco...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): ...Em matemática, que é a menina dos olhos da Prefeitura, faltam 300 horas de professores em sala de aula, totalizando 15 profissionais. Nos anos e séries iniciais, que incluem o período de alfabetização, faltam 57 professores no início de um ano letivo. Aquele que se diz gestor deixa estourar, justamente, porque não tem responsabilidade. Vamos circular esses dados, terei o maior prazer em levar para o Ministério Público porque alguém tem que fazer alguma coisa, já que o secretário Adriano não escuta a Comissão de Educação, não escuta os vereadores e faz o que bem entende. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Ver. Paulo Brum; senhores vereadores, senhoras vereadoras, público que nos assiste. A nossa saúde chora! Hoje venho falar sobre mais um problema que nos faz parar e refletir sobre nossa saúde, que dizem estar cada dia melhor. Quero saber a quem querem enganar. Além dos postos de saúde, que recebem equipes novas, onde os agentes seguem sem saber os seus destinos, sem saber se serão exonerados amanhã, depois de amanhã ou num outro dia. Quando perguntei ao secretário, com quem estive na semana passada, sobre o porquê da pressa nas demissões dos agentes de saúde e de endemias, sendo que o processo ainda estava sem trânsito em julgados, ele me respondeu que já tinha trânsito em julgado, mas as notícias são outras, são de que a ministra adiou essa decisão.

Mas o assunto hoje é o setor materno-infantil da PUC - as notícias são do fechamento do setor; e, na verdade, o problema é muito maior do que isso, pois o endividamento do hospital é grande, o déficit materno-infantil também. Está fechando para garantir a manutenção do hospital, caso contrário é falência. Investimento em área física não tem como ser abatido em dívida, no caso das emendas destinadas ao hospital. Essas mesmas emendas, a princípio, fiquei sabendo hoje, conversando com pessoas responsáveis pela PUC, serão destinadas para o Hospital Presidente Vargas e outros. A dívida do São Lucas é quase impagável, e outras áreas fecharão – podem ter certeza disso! – devido à má gestão. Algo precisa ser feito. Lembramos que, com o fechamento do materno-infantil, fecha SUS e convênios também. E quem atende os convênios? Quem tem condições, hoje, de pagar um convênio e que também tem direito à assistência médica, onde vai ser atendido? Nos melhores hospitais, como diz o nosso secretário? Fecham também, com esse ato, todas as cirurgias pediátricas, otorrinopediatria, gastropediatria, neuroepilepsia – em que a PUC é referência para o Brasil para tratamento clínico e cirúrgico, nacional e internacional. Me digam onde vamos operar essas crianças! Vocês acham mesmo que o Hospital Presidente Vargas conseguirá atender toda a demanda que já tem, e mais toda a demanda da PUC, inclusive as cirurgias? E os convênios, onde serão atendidos? Muitas são as perguntas e poucas são as respostas. Estive hoje com o representante da PUC que garantiu que os funcionários serão cedidos às instituições parceiras, permanecendo no RH da PUC. Garantiram que ninguém será demitido, e nós vamos cobrar, nós vamos fiscalizar. Mas outros setores virão a ser desativados e precisamos estar atentos, pois o funcionário e o usuário da saúde são nossa maior preocupação. Nossas crianças não podem ficar desassistidas. A emergência do Santo Antônio já não atende diretamente, a PUC fecha o materno-infantil, e o Hospital Presidente Vargas que hoje tem dez leitos, conseguirá absorver os 22 leitos da PUC e mais as emergências diárias dos demais? Acredito que não. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso presidente em exercício, Ver. Paulo Brum, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nesta tarde a nossa sessão, quero também ficar no tema da saúde porque acho de extrema importância, na medida em que hoje pela manhã foi decretado o primeiro caso de coronavírus em Porto Alegre: uma senhora de 54 anos, também vinda da Itália. Portanto o coronavírus não está ali em Campo Bom apenas, está aqui no nosso lado e é preciso que a atenção à saúde básica, que os prontos atendimentos, que o poder público municipal esteja ligado, porque ainda não se tem – se espera uma preparação do Hospital de Clínicas com a nova área – uma área adequada para este tipo de tratamento por exigir um certo isolamento. E aí quero dizer da importância do pedido, hoje de manhã, do desembargador Francisco, do Tribunal Regional do Trabalho 4ª região, à Secretaria Municipal de Saúde, mais um ano, no mínimo, para demitir todos os agentes que compõem hoje o IMESF. Infelizmente, o governo queria demitir todos agora, em março e abril; depois o secretário recuou para seis meses. Os advogados, sindicatos e nós, depois de muita argumentação, de que a realidade é muito difícil na cidade de Porto Alegre, que estamos vivendo o início de uma epidemia, que o governo não está preparado para poder absorver esse serviço, que ainda não tem nem data do concurso público, nem mesmo edital para a mudança desses novos servidores, com a demissão dos servidores, como o governo absorveria o atendimento de toda a cidade Porto Alegre? Obviamente que o desembargador percebeu que o governo está despreparado para tal e determinou que, no mínimo, tenha um ano para a discussão e tempo para o governo se preparar para fazer concurso público e depois discutir a viabilidade ou não. É óbvio que os sindicatos e nós, aqui na Câmara, muitos vereadores, entendem que esses trabalhadores não podem ser demitidos, porque eles estão contemplados por lei federal, porque já fizeram a prova seletiva, portanto merecem, sim, ser absorvidos pelo poder público, mesmo que o poder público tenha que criar uma autarquia no regime celetista e que, na medida em que for havendo vacância, o governo possa, então, chamar os demais que farão concurso pelo sistema estatutário.

Nesse sentido, queria parabenizar os sindicatos, os advogados dos sindicatos, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região pela medida acertada de não aceitar a demissão desses trabalhadores, porque nós não estamos brincando aqui em terceirizar a saúde para dá-la em forma de lucro para empresa privada, e nesse caso muito pontual do IMESF ainda não foram julgados os embargos de recurso no Supremo Tribunal Federal. Portanto, não há necessidade de demissão. Existe uma enorme preocupação com outros serviços, como a própria colega Cláudia colocou, com o hospital da PUC, com outros hospitais, pois, na verdade, o poder público não contratualiza novos serviços, e principalmente, pelos prontos atendimentos da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, que o governo terceirizou com uma empresa que tem enormes problemas com a Justiça em todos os lugares que fez gestão. Portanto, eu quero reforçar aqui a medida acertada do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, e, com certeza, no próximo ano, não será o governo Marchezan, será um governo que dialogue com a sociedade, que dialogue com os segmentos que ora estão sendo prejudicados, e perdendo todas as conquistas de muitas décadas e que agora se

radicaliza de uma forma absurda, judicializando a maior parte dos problemas. Portanto, nós não concordamos com a ação do governo municipal...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Farid Germano Filho está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FARID GERMANO FILHO (DEM): Muito obrigado, Presidente Brum, demais colegas presentes. Inicialmente eu quero fazer uma saudação aos novos integrantes do Democratas – do DEM –, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Ricardo Gomes e o Ver. Pablo Mendes Ribeiro, sejam todos muitíssimos bem-vindos. Algo me preocupa e me preocupa muito, e não só a mim, mas a várias pessoas com quem tenho conversado e trocado ideias: no sábado está marcada a Marcha da Maconha. Pasmem! A Marcha da Maconha em Porto Alegre! Algo que me assusta, que me preocupa, na condição de pai, na condição de cidadão porque tem “n” motivos e “n” explicações que estão sendo dadas, e tentando ser dadas para algo absurdo, algo ridículo, algo inadmissível, que Porto Alegre pare para que tenha a Marcha da Maconha; uma droga ilícita, a maconha é uma droga que destrói famílias, a maconha é uma droga que acaba perturbando, que leva pessoas a clínicas, enfim. Mas vamos aqui em Porto Alegre a Marcha da Maconha. Aí eu pergunto aqueles todos que estão envolvidos na Marcha da Maconha, marcada para sair do Parque da Redenção, onde milhares de crianças vão aos sábados, aos domingos, com seus pais, com seus familiares. A Marcha da Maconha! Por que não ser a marcha dos remédios caros que não são pagos e não são dados pelo governo? Por que não ser a marcha das crianças? Por que não ser a marcha dos idosos, cada vez mais atirados, mais jogados? Por que não ser a marcha dos empregos, um País de desempregados? Não, é a Marcha da Maconha. Então, é algo que me preocupa, é algo que me assusta. Eu acho que a sociedade precisa refletir muito sobre isso, porque muitas pessoas estarão presentes, sem dúvida nenhuma. É absolutamente certo que um número grande de pessoas se fará presente nesse evento, mas, ao mesmo tempo, estarão presentes pessoas que não têm absolutamente nada a ver com isso, mas terão que estar suportando e aturando a Marcha da Maconha. O Ver. Idenir Cecchim ontem, no programa do Paulo Sérgio Pinto, no Atualidades Pampa, foi brilhante também na sua manifestação contra a Marcha da Maconha, porque é algo que não pode ser admissível na nossa capital. Uma outra questão que quero colocar, aproveitando o gancho da Marcha da Maconha: a Rede Globo está promovendo, nos próximos dias, uma minissérie sobre a morte da vereadora Marielle. Aí eu pergunto: Por que a Rede Globo não faz uma minissérie sobre quem mandou matar o Jair Bolsonaro? Por que a Rede Globo não faz uma minissérie sobre quem matou o prefeito de Santo André? Não! Mas fará uma minissérie para saber e para explicar a morte da vereadora Marielle. Então, são fatos que me preocupam como cidadão, sim; como pai, sim; como

vereador hoje, desta Casa, sim. A Marcha da Maconha é algo inadmissível para a nossa capital. E minissérie, por favor, uma briga descarada, e eu, como jornalista, me sinto muitas vezes envergonhado com coisas que vejo, às quais assisto e, de maneira absolutamente tendenciosa, acompanho nos noticiários, sejam diurnos, noturnos, na madrugada, seja no horário que for. Quero agradecer mais uma vez a todos e saudar os novos companheiros do Democratas – o Ver. Ricardo Gomes, a Ver.^a Comandante Nádia e o Ver. Mendes Ribeiro – que vêm trazer muita qualidade, muita competência ao DEM. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver. Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Lourdes, uma questão de esclarecimento. Eu gostaria de saber se, quando um vereador, esse que usou a tribuna, talvez sem intenção, reproduz uma *fake news*, tem como a Mesa poder esclarecer? O vereador falava de uma marcha que não existe, não vai existir nenhuma marcha como ele estava se referindo neste sábado. Ele falava de uma marcha que não existe, é uma *fake news* que está passando justamente para confundir. O que existe neste sábado é uma manifestação pelos dois anos da morte da vereadora Marielle, e há um setor da extrema-direita do Brasil que está fazendo essa confusão, para tentar evitar que essa marcha seja uma marcha forte. Querem misturar os assuntos, quando não tem absolutamente nada a ver. Inclusive, quem ajudou a propagar essa *fake news*, é muito grave, foi até um secretário da cidade de Porto Alegre, esse senhor Ramiro Rosário, não sei se ele vai ser vereador, mas seriam dois vereadores espalhando *fake news*. Eu acho muito grave e queria que a Mesa pudesse repor a verdade, para nós discutirmos assuntos sérios aqui e não propagar *fake news*. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Feito o registro, Ver. Roberto Robaina.

VEREADOR FARID GERMANO FILHO (DEM): Presidente, só para dizer que a questão não é uma questão de *fake news* ou não. A Sra. Luciana Genro publicou um vídeo que viralizou nas redes sociais, inclusive, há uma discriminação contra negros e pobres nesse vídeo. Então, não tem nada de *fake news*, não, muito antes pelo contrário. É que lançam a manchete de marcha da maconha e, quando a repercussão é negativa, mudam para o caso Marielle. Só gostaria de esclarecer isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, brincadeiras à parte, Ver. Roberto Robaina, eu acho que nós temos que mostrar para a população o que realmente acontece. Eu não estou aqui criticando nada, eu acho que nós temos que parar com esse negócio de Gre-Nal, de esquerda e direita, mas me chama atenção uma coisa: essa semana agora nós vamos ter o dia do São Patrício. Todo mundo virou fã do São Patrício porque o tio toma uma cerveja legal, então o pessoal todo vai tomar cerveja na Rua 24 de Outubro, na Rua Padre Chagas, aí está tranquilo; só que quando é aqui na Cidade Baixa, festa popular do povo em Porto Alegre, que o cara traz o seu *kit* – quem frequenta as casas de religião sabe o que é *kit* –, traz o seu *cooler* – mais chique é *kit* –, com a sua cervejinha, o seu negocinho, aí não pode porque é baderna. A baderna também está nesse santo, o Saint Patrick, o santo da cerveja. Mas que papo é esse? Então a população pobre não pode se divertir, não pode ter um ziriguidum na Esplanada da Restinga, juntar um bando de sambista. Não pode porque não tem autorização. Não pode ter música no Mercado Público, olhem que absurdo, mas podem ter cadeiras na Calçada da Fama, pode ter o prolongamento das calçadas na Calçada da Fama e em várias regiões de Porto Alegre. Então eu acho que quando a gente começa a falar dessas questões, elas são relevantes. Em alguns debates eu já falei a respeito de um tema: a pessoa que foi mais contra a liberação das drogas na Colômbia foi o Pablo Escobar. A pessoa que mais combateu a liberação das drogas foi o Pablo Escobar, porque ia acabar com o seu negócio. Então, quem não quer liberar, não seja hipócrita e não libere nada, porque a cachaça é a maior droga que existe no mundo, comprovada, destrói as famílias, mas todo mundo gosta de tomar a sua pinga. O álcool está no vinho, o álcool está na cerveja, o álcool está em vários produtos lícitos, então eu acho que nós temos que deixar de ser hipócritas nessas questões. Eu nunca vi a marcha pela cachaça, mas tenho certeza que, se ameaçassem proibir a venda da cachaça, o Brasil ia entrar em guerra.

Eu quero falar dos R\$ 5,05, que é o preço da passagem de ônibus em Porto Alegre, que já foi anunciado na sexta-feira, e estão esperando alguma coisa para botar a culpa na Câmara de Vereadores: “a passagem é de R\$ 5,05, porque a Câmara de Vereadores não votou os projetos para dar passagem de graça para as pessoas em Porto Alegre”. Mais uma vez se comprova que as empresas de ônibus do nosso Município só procuram sugar a população de Porto Alegre. Como já falei aqui na audiência pública, que não foi transmitida ao vivo, as empresas de ônibus pediram que a cidade de Porto Alegre desse a isenção do ISSQN; ganharam, aumentaram a passagem em R\$ 0,10. Depois, pediram para o prefeito tirar a segunda passagem, o prefeito tirou 50%, e aumentaram a passagem em R\$ 0,40. Depois retiraram o direito de os idosos andarem de graça nos ônibus, e a passagem voltou a subir mais de R\$ 0,30. Agora a passagem subiu R\$ 0,35! Eu faço o mesmo cálculo dos aplicativos, que querem subir R\$ 0,28 o quilômetro. Subindo R\$ 0,35, dez passagens dá R\$ 3,50; 20 passagens dá R\$ 7,00. Para muita gente, R\$ 7,00 é muito dinheiro. Para as pessoas que pegam o transporte coletivo, é muito dinheiro. Então não adianta nós ficarmos com medidas paliativas. Não adianta a pessoa estar com um tumor e nós queremos dar aspirina, nós temos que buscar um tratamento eficaz, que é a cidade discutir o sistema de transporte como um todo, discutir

os patinetes, as bicicletas, o táxi, que é sobretaxado – a única diferença entre o táxi e o aplicativo tinha que ser a cor do carro, não pode essa montoeira de impostos, de taxas, exames e uma série de coisas que cobram dos taxistas. Tem que chamar os lotações, o transporte escolar, tem que chamar os ônibus, todo mundo, para discutir o sistema de transporte em Porto Alegre – todo mundo! O sistema de transporte é um conjunto! E ampliar essa discussão com a Região Metropolitana, com os outros agentes, porque as pessoas muitas vezes vêm trabalhar em Porto Alegre, moram na Região Metropolitana, mas vivem na nossa cidade. Então é bem amplo, não podem ser medidas paliativas, não é dizer que a passagem vai a R\$ 2,00, porque a passagem não vai a R\$ 2,00, e está provado isso nesse período todo em que vem sendo dadas isenções e a passagem vem aumentando somente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta.

Apregoo a alteração na composição da liderança da bancada do Partido Progressista – PP, a partir desta data: Ver. Cássia Carpes, líder; Ver.^a Mônica Leal, vice-líder.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder pela REDE e, após, prossegue em Comunicação de Líder pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, Ver. Paulo Brum; demais vereadoras, vereadores, público que nos assiste; quero aproveitar, Ver. Cecchim, Líder do MDB, para cumprimentar o meu colega vereador, Professor Tóvi, porque hoje nós estamos com a bancada dobrada, o Tóvi é o nosso primeiro suplente da bancada da REDE, estamos os dois aí. O Ver. Ferronato se licenciou esta semana, e nós aumentamos a bancada em cem por cento. E é um grande prazer, porque, além do Ver. Tóvi ser meu colega de partido, também é um grande amigo, desportista, e um grande lutador da Zona Norte de Porto Alegre. Nós moramos bem próximos e, independentemente de sermos os dois vereadores, trabalhamos em conjunto pelas causas da comunidade, principalmente da Zona Norte. Então, é um grande prazer, pela primeira vez, estarmos os dois sentados, lado a lado, como vereadores representando a nossa cidade, o nosso bairro, a nossa capital. Então, para mim, é uma grande satisfação, um orgulho ter o Tóvi como meu colega vereador. Um grande abraço, Tóvi.

Venho aqui falar um pouco sobre...

(Aparte antirregimental do Ver. Prof. Wambert.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Talvez, Ver. Wambert, uma bancada de três vereadores, ainda não estamos cem por cento no PL, mas estamos indo para o PL – o Ver. Wambert também é do PL. Hoje, a bancada do PL, que não tinha

vereador, tem praticamente três vereadores, pois já comunicamos que estamos indo para o PL.

Venho aqui falar um pouco sobre saúde pública. O Ver. Oliboni é um vereador bastante atuante na área da saúde, fala das suas preocupações sobre o coronavírus, e nós todos temos essa preocupação. A Prefeitura, Ver. Aldacir Oliboni, está tomando todas as medidas, infelizmente é algo que atinge não só Porto Alegre, mas o mundo inteiro. Porto Alegre está se preparando, sim, assim como o Rio Grande do Sul e o nosso País, e sabemos das dificuldades de enfrentar um vírus que não tem ainda, exatamente, como combater, mas estamos, sim, preparados. O sistema de saúde pública em Porto Alegre avança e avança bastante. Quero cumprimentar o secretário Pablo e o ex-secretário Erno, que agora está no Ministério da Saúde, dois grandes profissionais da saúde, dois grandes médicos que têm feito um excelente trabalho em Porto Alegre. O ex-secretário Erno fez um trabalho tão bom em Porto Alegre que hoje está no Ministério da Saúde levando um pouco da experiência de Porto Alegre para o resto do Brasil, esperamos que o Brasil copie o que foi e o que está sendo feito aqui em Porto Alegre. Ainda não está cem por cento pronto tudo o que se pretende fazer na área da saúde, Ver. Dr. Goulart, mas Porto Alegre avança.

Uma das questões que foi modificada nos postos de saúde de Porto Alegre foi o horário estendido dos postos de saúde. O Ver. Cláudio Janta é um dos vereadores que sempre lutou pelo atendimento estendido dos postos de saúde. É uma luta de vários vereadores, mas o Ver. Cláudio Janta sempre foi um vereador que lutou bastante, eu sei desta luta, mas Porto Alegre faz esse avanço. Hoje, dos 140 postos de saúde em Porto Alegre, 24 já têm o horário estendido; catorze postos até as 19h, quatro até as 20h, e seis até as 22h. Nós esperamos aumentar esse atendimento estendido porque, infelizmente, os postos de saúde em Porto Alegre abriam somente até as 17h. A maioria dos trabalhadores até as 17h está no seu trabalho, não está em casa. Quando o trabalhador chegava em casa e a filha estava doente ou a própria pessoa estava com alguma enfermidade, o posto de saúde já estava fechado ou dependia de agendar uma consulta para ser atendido em um posto de saúde. Essa realidade está mudando e nós estamos avançando. Hoje os postos, com horários estendidos, as pessoas já não mais precisam ir até um hospital, e o hospital foi feito para atendimento de alta complexidade e tem um custo muito maior. Então, esses postos de saúde com os horários estendidos têm feito esse atendimento, e já aumentou o atendimento em 56% nesses horários.

Nós também tivemos uma questão que é muito criticada, principalmente pelo Ver. Oliboni e pelo seu partido, PT, bem como pelo próprio PSOL, num primeiro momento: o sistema de saúde, atendido por instituições filantrópicas; o Hospital de Cardiologia, Hospital de Clínicas, Santa Casa, Hospital Vila Nova, assumiram os postos de saúde em parceria com o Município de Porto Alegre. Nós sabemos que, em relação ao Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família – IMESF, alguns sindicatos entraram na justiça e ele vai ser extinto, está em processo de extinção. A Prefeitura está contratando, através dessas instituições, e elas estão assumindo os postos de saúde em um novo formato, onde há atendimento por profissionais da saúde.

Então, a Prefeitura montou uma nova estratégia em parceria com essas instituições; esses postos de saúde, de forma pública não estatal, estão dando atendimento à população por profissionais da saúde. E aqueles que questionavam e diziam que estávamos privatizando, que acabaríamos com o SUS, parece que já não mais estão falando, porque a população, nesses postos de saúde, já está aprovando, mesmo ainda sendo num processo que está acontecendo, não está 100% funcionando como deveria, mas a gente pode ver os relatos das pessoas que frequentam esses postos de saúde, dizendo que melhorou, porque antes tinham que ir de madrugada para buscar uma ficha e não é mais preciso, chegam no horário e são atendidos, porque agora a Prefeitura, com essa contratação, atende em dois formatos: para aqueles que têm horário marcado, que foi agendado, e aquelas outras fichas para aquelas pessoas que precisam do atendimento de urgência. Então, o atendimento melhorou na grande maioria desses postos. Ainda precisa avançar – tenho certeza de que avançaremos mais nessa questão da saúde –, mas já não escuto mais os ataques daquelas pessoas dizendo que éramos contra a saúde pública e que estaríamos privatizando os postos. Os postos estão melhorando, de uma nova forma, continuam públicos, talvez não público estatal, mas com atendimento com qualidade que vai avançando. Sabemos que temos problemas, mas continuaremos trabalhando para que a população possa ser bem atendida nos nossos postos de saúde.

Quero aproveitar esses minutos que me restam para falar também um pouco sobre transporte público. Ontem tivemos um grande debate na Rádio Guaíba, no Programa Esfera Pública, eu, a Ver.^a Mônica, o Ver. Felipe e o Ver. Robaina, onde aproveitamos para debater sobre o transporte público da cidade. Todos nós sabemos, Ver. Cassiá, que temos problemas e problemas sérios no transporte público, que não são de hoje, não somente em Porto Alegre, como no Brasil. O transporte público é deficitário, o preço da passagem é caro, e nós precisamos, sim, avançar. Nós temos um conjunto de projetos nesta Casa. Foram apresentados seis projetos no mês de janeiro, existia toda uma polêmica sobre a apresentação dos projetos no mês de janeiro, durante o recesso, e se procurava fazer as votações desses projetos o mais rápido possível, porque nós queremos, sim, baixar o preço da passagem de Porto Alegre. Parece inacreditável, mas existe, sim, um conjunto de projetos aqui na Câmara de Vereadores que, se for aprovado, o preço da passagem de Porto Alegre, ao contrário de todo o Brasil, ao invés de subir, baixará o seu preço.

Portanto, eu peço encarecidamente a todos os vereadores, não precisam concordar com todos os projetos, ou que não concordem com nenhum dos projetos, mas eu peço aos vereadores que a gente possa fazer o debate desses projetos. Já foi feita uma audiência pública aqui na Câmara de Vereadores, onde teve um grande debate, ouvimos os que eram contra e os que eram a favor. O que estou pedindo é que os vereadores nos deem oportunidade de fazermos uma reunião conjunta das comissões para avaliarmos esses seis projetos, fazer a aprovação deles nas comissões para que eles possam vir para o plenário para serem votados e discutidos, e os vereadores possam não só votar favoravelmente a esses projetos, mas também, através da discussão individual de um projeto de cada vez, possam pegar esses projetos e debatê-los um a um, melhorá-los,

através de emendas, para que a gente possa, na cidade de Porto Alegre, ter um transporte público com mais qualidade, e, melhor ainda, um transporte público mais barato para aquela população que mais precisa utilizar um ônibus com um preço bastante acessível.

Então, eu quero fazer essa discussão, não concordo 100% com todos os projetos, mas tenho certeza que, com a ajuda de todos os vereadores, poderemos fazer um grande debate nesta Casa, melhorar esses projetos, aprovar e baixar o preço da passagem. Então, peço, mais uma vez, aos vereadores que nos ajudem a fazer a reunião conjunta das comissões e trazer esses projetos, um a um, para o plenário, para serem votados, partindo daqueles que têm mais acordo entre os vereadores, pois sabemos que em alguns desses projetos, Ver. Robaina, todos os vereadores concordam e que baixará a passagem em R\$ 0,15 centavos, R\$ 0,10 centavos. Por que não votarmos e aprovarmos para a população e a cidade de Porto Alegre saírem ganhando? Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Ver. Mauro Pinheiro, eu ouvi o senhor atentamente e quero que o senhor me ouça. Sente aí porque eu quero continuar nesse assunto do transporte coletivo. Eu tenho muita consideração por V. Exa., nós somos amigos, pelo Moisés também, só que o Moisés é muito vivo; quando o Moisés viu que a coisa enroscou, ele saiu da liderança e te deixou nessa fria. Porque vocês falam que os projetos estão aqui para votar e que não se vota e deixam nas entrelinhas – como o prefeito – que a Câmara é a culpada da passagem subir. Agora eu queria que o senhor me explicasse, como colega, ou que alguém me explique, por que o Sr. Prefeito não aceita sugestões dos vereadores para baixar a passagem sem precisar fazer esse monte de projeto ruim que tem aqui? Pelo menos, discutir. Por quê? Eu dei duas sugestões para ele. Uma delas: a Uber pagou no ano passado, só de ISS, R\$ 9,6 milhões; a EPTC arrecadou R\$ 70 milhões em multas. É só juntar os R\$ 9,6 milhões que a Uber pagou e aí não precisa taxar os aplicativos como ele quer. Junta esses R\$ 9,6 milhões com R\$ 30 milhões só dos R\$ 70 milhões de multas, dá R\$ 40 milhões, bota num fundo e subsidia a passagem, baixa a passagem. Mas por que esse homem cabeça dura que se acha o reizinho dessa cidade não aceita conversar com os vereadores? Pelo menos nos chama lá e diz: “Olha, não quero isso”. Mas ele vai para rádio dizer que ninguém sugere nada. Como que ninguém sugere nada? Como que ninguém sugere nada? Vou repetir aqui: estou há três meses esperando que ele me chame lá para tomar um café com ele. Agora, eu não aguento mais! Eu não aguento mais um prefeito que não se dá o respeito e não respeita as outras pessoas. Chama-me lá e diz: “Bosco, essa tua ideia é ruim, essa tua ideia não presta, eu não quero!” Mas não, ele não conversa e vai à imprensa dizer que ninguém sugere nada. Sugerí para ele, e todos acham que é uma ideia grandiosa, boa,

praticável: nós temos 1.200 ônibus e 400 lotações em Porto Alegre! Entreguei em mãos para ele transformar esse ônibus, autorizar a propaganda nas laterais, transformando-os em *outdoors*, como existe em Londres, em Paris, em Nova Iorque, na Alemanha. Fizemos as contas, em 1.200 ônibus e 400 lotações, dá próximo de R\$ 20 milhões por ano para serem abatidos no preço da passagem. Mas porque ele não aceita conversar sobre isso, meu Deus? Custa chamar o vereador, sentar com ele e dizer: “Olha, vereador, essa tua ideia é uma porcaria”. “Está bom, prefeito, me desculpe, eu só queria colaborar”. Não, não tem diálogo, não tem conversa, não tem coisa nenhuma e tenho que estar ouvindo em toda a mídia que ninguém sugere nada. Como que ninguém sugere nada? O reizinho é surdo, o reizinho não ouve ninguém, o reizinho acha que é dono da cidade e não é! A Justiça mostrou para ele agora que teve que cumprir a minha emenda impositiva para limpar o Porto Seco, porque há três anos ele não limpava. Tinha cavalo morto, foco de mosquito, rataria; teve que trocar tampa de bueiro, teve que tapar buraco! Não contente, foi para a Justiça contra as emendas impositivas; perdeu de novo. Perdeu de novo! Então, ele vive em eterno conflito pessoal. Ver. Farid, é um desrespeito os vereadores não serem ouvidos e mais desrespeitoso é esse prefeito ir à imprensa mentir, mentir que os vereadores não sugerem nada! Como que os vereadores não sugerem nada? Eu estou falando aqui da minha parte, mas eu sou capaz de jogar, Ver. Mauro, que cada um dos vereadores pode subir aqui, o Ver. Farid, o Ver. Hamilton, o Ver. Robaina, todos da bancada do PT, o Ver. Cecchim, pois todos têm uma ideia para ajudar a construir essa questão do transporte coletivo. Mas o reizinho não, o reizinho quer impor o que ele quer. E não vai impor. Eu fiquei três anos tentando negociar, não batendo, querendo ser amigo, querendo conversar, e vi que não adianta. Comigo agora é o seguinte: escreveu, não leu, o pau comeu. E vou de novo para a justiça, se não cumprir as emendas impositivas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Prof. Paulo Brum, muito obrigado por ter me cedido seu tempo, como nosso líder, no dia de hoje. Senhores e senhoras, vereadores e vereadoras, público que nos ouve, em visita, nas galerias e que nos ouve pela TVCâmara. É um momento crucial da história da saúde no Município. Eu, como único médico do parlamento municipal, da cidade da legalidade, tenho que passar aos senhores a minha preocupação com dois assuntos principalmente.

Primeiro, quero me juntar à Comissão de Saúde e convocar outros vereadores a participar, pois nós temos que fazer uma comissão, porque o Presidente da República disse que é uma mentira essa questão do coronavírus, que é um alardeamento desnecessário. Nós só podemos dizer isso analisando cientificamente os fatos. Para isso, eu vou convocar uma comissão ou solicitar que a Comissão de Saúde nos receba, nós vereadores, para que a gente comece a estudar e a nos preparar, porque, agora, foi

noticiado o primeiro caso de coronavírus entre nós. A Câmara com sua história secular de guerra não pode ficar fora da sua responsabilidade. Então, eu gostaria, depois, de passar para o presidente da comissão que eu gostaria de fazer parte de uma comissão externa também para que nós possamos estudar a situação do coronavírus, uma vez que até aqui eu estava esperando para ver o que ia acontecer; uma vez que apareceu o primeiro caso, de um viajante, passa a ser outra a situação. E acho que não está sendo pior porque nos principais locais estão tomando as providências de não deixar vir nem ir, nem entrar nem sair; essa providência tem sido muito interessante.

Outro assunto está nos deixando muito preocupados, e aí eu queria o Ver. Aldacir Oliboni, que já me ajudou no passado, se ele bem lembra, nós fomos a Brasília e conseguimos devolver a filantropia para a PUC. E a PUC, então, liberou os estacionamento, as garagens, que lhe tiravam a filantropia, e teve de novo a filantropia. Como é que a PUC diz, agora, que não tem dinheiro para manter o neonatal? O neonatal, as criancinhas que precisam de atendimento quando nascem ou logo depois, porque a UTI pediátrica também está com dificuldades. Então, temos que fazer outra comissão. Fomos a Brasília, nós dois, sozinhos, naquela ocasião, respaldados pelo Sindicato Médico, e conseguimos trazer de volta a filantropia para a PUC. E agora nós temos que buscar mesmo, as palavras do Ver. Mauro Pinheiro foram muito sérias aqui e nós temos que decidir.

Então, neste momento crucial, nós temos que fazer duas comissões, Ver. Roberto Robaina eu espero que vocês que não fazem parte da base nos ajudem, Ver. Aldacir Oliboni também, primeira, para estudarmos a situação, junto com o secretário da saúde e a Comissão de Saúde com relação ao vírus que chegou aqui. Então, agora nós precisamos nos posicionar. O Presidente da República não está certo; está equivocado.

E também uma outra comissão para que não deixemos fechar o serviço neonatal e pediátrico da PUC. Nós precisamos disso! Atenção, senhores vereadores, luta! Não temos que brigar, não tem que ter animosidades; temos que nos unir. Não tem partido, não tem ideologia contra o perigo da morte, contra o perigo da doença; não existe ideologia, temos que estar todos abraçados e tocar para frente.

Não vamos deixar fechar a neonatologia e a pediatria da PUC e vamos criar um estudo para ver se vamos parar todas as coisas: não vai ter Gre-Nal? Não vai ter ajuntamento de pessoas? Nós temos que discutir isso. E não é só uma discussão de saúde, é uma discussão de ponto de vista político também. Preciso da ajuda dos senhores como único representante médico neste parlamento da capital da legalidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente em exercício, Ver. Paulo Brum, senhoras e senhores, escutando meu colega, Ver. João

Bosco Vaz, parece até que nós combinamos, mas não chegamos a falar sobre esse assunto. Quero dar continuidade às denúncias, às declarações que o Ver. João Bosco fez aqui, lembrando que os vereadores de todos os partidos representam a população que elegeu o prefeito, maior mandatário desta cidade, e dizendo aos senhores e às senhoras que quando eu fui presidente da Câmara Municipal da capital do Rio Grande do Sul, enviei um e-mail para o Secretário do Meio Ambiente, datado de 29 de novembro de 2019, às 15h08min: “Prezada Carolina [secretária do secretário], conforme contato telefônico, solicito se possível uma reunião com Sec. Germano, para tratar de assunto referente à Feira Orgânica Rômulo Telles. No aguardo. Atenciosamente, presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Ver.^a Mônica Leal”.

Reparem só a resposta que recebi, em 09/12/2019: “Prezada senhora, seguindo orientação da Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SMRI), todos os pedidos de agenda oriundos da Câmara Municipal de Vereadores deverão ser encaminhados diretamente a SMRI, pelo telefone tal ou pelo e-mail, com Fabiele ou Vitorino. Desde já, agradecemos a compreensão”. Em toda minha vida política eu nunca tinha visto nada igual! Um vereador precisa falar com um secretário e não consegue, precisa passar pela triagem do secretário Christian! Eu pergunto aqui: o que é isso? O prefeito está em campanha? Que modelo é esse na política de Porto Alegre? E não fica por aí, eu tenho outros, eu tenho um pedido para ser atendida pela SMOV e é a mesma resposta: não podem atender a um vereador, marcar, agendar diretamente, tem que passar pela Secretaria, ou seja, pelo crivo do Christian. Ora, eu diria: é uma piada! Se o meu pai fosse vivo, ele estaria aqui nesta tribuna batendo com a mão na mesa, que era o hábito que ele tinha quando algo era absurdo. Mas o que pensa o prefeito de Porto Alegre? Nós somos vereadores, nós representamos o povo desta cidade, eu tenho aqui comigo documentos para denunciar a politicagem que este prefeito está fazendo, isso é uma vergonha, não atender a um vereador para falar sobre demandas da sociedade, aonde vamos parar? Aí ele vai para a imprensa e diz que os vereadores não colaboram, não ajudam, não enviam ideias, bem como o Bosco diz. Mas como? Nem atendidos nós somos! Sinto muito. Quero deixar claro aqui o meu repúdio; a minha manifestação de repúdio a este prefeito chegou no topo também, do mesmo jeito que o Ver. João Bosco Vaz.

Por último, para ser mais amena, quero dar uma boa notícia. O Ver. Cassiá Carpes é o líder da bancada do Progressistas, assumiu hoje, peço uma salva de palmas ao meu colega que será o líder da bancada do Progressistas. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Uma questão de maior importância, Presidente: acaba de ser decretado pela OMS pandemia mundial em relação ao coronavírus.

Atenção: pandemia mundial, então tudo que estavam dizendo, que era alarme, não vale mais.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, vereador. Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, tendo em vista o surgimento de um caso do coronavírus na capital, a Câmara Municipal de Porto Alegre, através da Escola do Legislativo Julieta Battistioli, convida a todos a assistir a palestra intitulada Coronavírus: sociologia e profilaxia, a ser realizada nesta quinta-feira, dia 12, às 14h, na sala de aula da Escola do Legislativo, no 3º andar.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 15h33min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego e defiro Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 020/19.

Aprego a Emenda nº 02, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, ao PLCE nº 020/19.

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Adeli Sell, ao PLCE nº 020/19.

Aprego a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, ao PLCE nº 020/19.

Aprego a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLCE nº 020/19.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 020/19.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria da bancada do PP - Vereadores Cassiá Carpes, João Carlos Nedel e Mônica Leal -, à Emenda nº 05 ao PLCE nº 020/19.

Aprego a Emenda nº 06, de autoria do da bancada do PP – Vereadores Cassiá Carpes, João Carlos Nedel e Mônica Leal -, ao PLCE nº 020/19.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando votação em destaque para o art. 15 e parágrafo único do PLCL nº 051/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, só pediria para distribuir as emendas. Eu creio que algumas não foram distribuídas ainda.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0612/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 020/19, que institui o Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia de Porto Alegre (FIT/POA).

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- com Emenda nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 26-02-20 por força do art. 95 da LOM;
- discutiram a matéria os Vereadores Adeli Sell, Felipe Camozzato e João Carlos Nedel em 26-02-20.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em discussão o PLCE nº 020/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereador Paulo Brum, presidindo os trabalhos nesta tarde; colegas vereadoras e vereadores; espero que nós possamos hoje efetivamente votar o fundo de inovação e tecnologia, cujo debate começou lá na semana passada e, durante algumas boas horas, nós fizemos discussões entre o Executivo, um conjunto de vereadores e, mais especificamente, com duas ou três grandes instituições, como são os centros tecnológicos da PUC, da UFRGS, o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia. A proposição que posteriormente resultou, não é a proposição dos nossos sonhos, mas, como eu dizia para um colega vereador, num debate tão amplo e tão plural, a gente não consegue, evidentemente, tudo o que um partido almeja, uma pessoa almeja, uma determinada visão econômica e filosófica. Essas instituições lançaram um manifesto, colocando como foi todo o processo de discussão, para nós chegarmos a esse patamar, que eu chamo de patamar comum. Nesse sentido, a bancada do Partido dos Trabalhadores, composta pelo Oliboni, Comassetto, Sgarbossa e eu, Adeli, votará favoravelmente ao projeto. Tem uma emenda minha, da Mônica, que nós vamos votar favorável também, esperamos passá-la. Caso não seja possível, votaremos no projeto, porque ele garante minimamente aquilo a que nós nos propúnhamos.

Há todo um debate aqui sobre a questão do uso de dinheiro público para impulsionar as *startups*. Aqui todo mundo sabe, ninguém é tatu, que *startups* nem sempre dão certo, mas não estamos falando de qualquer *startup*. Nós estamos falando de *startups*, a maioria delas hoje já incubadas num destes centros tecnológicos da Universidade Federal, da PUC, da Unisinos, da Feevale, etc. e tal. Nesse sentido, pela importância que tem a alta tecnologia, inclusive com a aceitação de que uma parte seja dirigida ao impulsionamento de tecnologias na área socioambiental, grande problema da humanidade, e como também há uma distinção no projeto sobre a questão de tecnologias para a área de gestão pública, que são necessidades, porque, às vezes, se gasta uma montoeira de dinheiro contratando empresas multinacionais, se nós conseguirmos impulsionar esse fundo, fica mais evidente a necessidade de nós termos um diálogo permanente com a questão da tecnologia a serviço do público. Mais uma vez, fica evidente a importância da Procempa, fica mais do que nunca provado que a nossa companhia é necessária, e espero que, com isso, a gente crie um ambiente de

governança, que é uma governança pública, com instituições acadêmicas como os centros tecnológicos. Que a gente una esses esforços e que a gente não separe o futuro da tecnologia, o presente da tecnologia, entre aquilo que alguns acham que é a vanguarda de *startups* da ciência e tecnologia da inovação não esteja apenas na mão das grandes empresas tecnológicas do Vale do Silício. Aqui se cria tecnologia, aqui se cria inovação, aqui se cria tecnologia, por isso eu quero dizer a outras bancadas também que nós vamos votar neste projeto. Nós somos uma bancada de oposição, tem várias bancadas que se opõem ao governo, mas eu tenho certeza que, pela importância que tem para Porto Alegre, para o futuro da inovação e da tecnologia, aprovaremos este projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 020/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Ver. Paulo Brum, na presidência dos trabalhos, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, para mim, esse é um dos temas mais importantes que nós estamos discutindo aqui, é o que a gente chama de cidade 5.0. Nós estamos no limiar da tecnologia 5G, no tráfego de informação dos nossos celulares, que tem revolucionado a vida. Hoje em dia, a cada seis meses a gente tem um salto tecnológico, e, concomitantemente com isso, nós temos uma das cidades mais burocráticas, uma das capitais, certamente, mais burocráticas do nosso País.

Eu, secretário da SMIC em 2010, recebi uma empresa de tecnologia que se chamava Novus, que estava ali no 4º Distrito, e que não conseguia a renovação da sua licença ambiental, Ver. Ricardo. Eu perguntei: mas qual é a grande poluição que vocês geram? A maior poluição que a empresa tinha era numa sala fechada, onde fazia uma soldinha numa placa eletrônica e gerava uma fumacinha, que não tinha impacto nenhum no meio ambiente, e Porto Alegre expulsou a empresa Novus de dentro da cidade. Nós não temos tido uma política específica, embora as secretarias tenham sido criadas, ao longo dos últimos anos, para estimular, desenvolver, incubar empresas, mas não é uma culpa exclusiva da Prefeitura. Ainda na SMIC, em 2010, 2011, eu fui procurado pelo antigo reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor Carlos Alexandre, e ele me pediu para nós cedermos uma área da Prefeitura para a construção da Hestia. A Hestia deveria ter sido a incubadora tecnológica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pois eu procurei, à época, o prefeito Fortunati, e nós cedemos uma área contígua ao que hoje, infelizmente, é a ruína do prédio abandonado da Secretaria da Indústria e Comércio, ali na entrada do Túnel da Conceição. Fomos até a Prefeitura Municipal, assinamos um protocolo de intenções, cedemos a área, e a arquitetura da UFRGS fez um projeto. Por incrível que pareça, a UFRGS não conseguiu colocar em pé a sua incubadora tecnológica, onde seriam incubadas as empresas da engenharia, da física, da química, da própria arquitetura, desses setores todos que representam a inovação. Concomitantemente, a PUC vem, ao longo do tempo,

desenvolvendo seu Tecnopuc; a Feevale desenvolveu, no Vale dos Sinos, o seu polo industrial, o seu polo tecnológico; a Unisinos desenvolveu o seu parque tecnológico; e Porto Alegre vem perdendo espaço e competitividade. Florianópolis tem se caracterizado, ao longo desses últimos anos, como a capital brasileira da inovação, há grandes polos de inovação. Mas a matriz de tudo isso é o poder público saber criar o meio ambiente adequado de liberdade econômica para que essas empresas aconteçam e fornecer também crédito. A Prefeitura já teve um programa municipal de microcrédito. Coincidentemente – me perdoem dizer, eu sou obrigado a lembrar –, no período em que fui secretário, eu trouxe algumas pessoas que tinham *expertise* nisso; fizemos um projeto, buscamos um recurso no BNDES de R\$ 20 milhões e emprestamos microcrédito de R\$ 500,00 até R\$ 15 mil, para micro e pequenos empreendedores. O foco não eram *startups*, o foco não eram empresas de nova tecnologia, eram micro e pequenos empreendedores, mas a Prefeitura teve, naquele momento, essa *expertise*. Quando eu saí da secretaria, acabou infelizmente o projeto. É preciso recriar isso, é preciso que a Prefeitura tenha esse fundo, retire os obstáculos de quem quer empreender. A Prefeitura é um grande cartório hoje que atrapalha a vida dos empreendedores. É preciso que a Prefeitura se espelhe nos maiores modelos do mundo. Nós tivemos aqui, no Vale do Silício, eu, particularmente, tive a felicidade de ir lá duas vezes, com vários vereadores aqui numa vez, com outros vereadores na outra, e parece que não se aprendeu nada.

Eu quero saudar a existência desse fundo, mas dizer que o fundo, por si só, não é suficiente; na hora em que o investidor vai fazer o cálculo para saber aonde ele vai se instalar, ele precisa ter um ambiente macroeconômico propício, ele precisa ter aquilo que a gente chama de *cluster*, ele precisa saber que aqui estão instaladas outras empresas que fazem um ecossistema, e que ele só vai poder nascer e crescer se houver um ecossistema.

Então, o fundo é só parte disso, mas, de qualquer forma, é uma parte importante, e por isso que quero dizer que apoio, que aplaudo, que votarei favoravelmente, embora eu ache que, na média, infelizmente, como todos os outros vereadores têm dito, é um governo muito fraco, que está perdido. Eu diria que, se fosse para passar de ano, ele rodou, porque ele é nota quatro; mas ele tem iniciativas que são interessantes, que a gente precisa reconhecer, e essa da criação do Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia é uma delas, portanto eu deixo aqui registrado o meu voto favorável. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, vereador. O Ver. Prof. Alex está com a palavra para discutir o PLCE nº 020/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, estamos discutindo o projeto para a instituição do Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia em Porto Alegre. Eu andei dando uma analisada, pois sou uma

pessoa que já tem 43 anos, e a minha geração não é a geração tecnológica vigente. Essa gurizada que mexe com programas, desenvolve *softwares* e tem extrema facilidade em se movimentar nesse novo ambiente virtual. Eu sigo a lógica dos conceitos de empreendedorismo. O empreendedor, aquela pessoa que desenvolve um negócio, um projeto pessoal, que visa, obviamente, a se sustentar, ou talvez a uma ascensão social, é alguém que faz apostas, e essas apostas envolvem riscos. O Fundo Municipal tem a indicação de que haverá uma contrapartida, porque, pelo que andei pesquisando, nós temos uma pulverização de iniciativas desse tipo, de *startups* no mundo inteiro, mas boa parte delas fecha, quebra, não tem os resultados almejados. E, por conta disso, fico muito preocupado em destinar para o Município de Porto Alegre uma soma tão significativa de recursos para talvez empreendimentos que estarão fadados, ou correrão um sério risco de não avançarem, não prosperarem. E isso aconteceria dentro dos moldes de fundo perdido. Eu fico preocupado: milhões de reais destinados ao desenvolvimento dessas iniciativas, muito provavelmente algumas terão sucesso, mas a maioria quebrará. E os recursos empregados, recursos esses que poderão faltar, por exemplo, para o transporte público. Porto Alegre tem a tarifa mais cara, e nós estamos com um pacote para discutir, dentro da Câmara de Vereadores, proposto pela Prefeitura. Agora, o pacote do transporte baseia-se, única e exclusivamente, em tentar sanar os problemas históricos existentes, mas nunca se pensou em um novo modal, na interação entre os modais de transporte, na reestruturação e esses recursos poderão ser muito bem-vindos para essa área.

Recursos a fundo perdido que poderiam ser utilizados para melhorar a qualidade das nossas unidades de saúde. Nós temos, mundialmente, o alastramento da epidemia do coronavírus e a maioria dos países está tratando, como diretriz, a internação dos pacientes e o período de quarentena dentro de unidades de saúde. Se não me falha a memória, o governo da Itália, inclusive, requereu todos os leitos da rede privada, todos, para tratar a população. A diretriz aqui no Brasil para tratar a saúde dos brasileiros é a internação domiciliar, isso é ridículo, por quê? Porque, se a epidemia se alastrar no nosso País, não vai ter leito. Na nossa cidade não tem leito.

Então, vamos colocar 10, 20, 30 milhões de reais em negócios de risco, não vejo isso com bons olhos. Não percebo que o projeto de lei que está para ser votado garante segurança financeira do Município de ter o retorno dessas aplicações e desses investimentos. Por isso eu, neste período de discussão, trago as minhas dúvidas e o porquê que estou tendendo a votar não para esta iniciativa. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga.

Aprego o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLCE nº 020/19.

Aprego a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Adeli Sell, à Emenda nº 05 ao PLCE nº 020/19.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCE nº 020/19.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Ver. Paulo Brum, na presidência dos trabalhos; vereadoras e vereadores. As boas iniciativas para Porto Alegre – temos apoiado o governo, votado favoravelmente, aprovado emendas, para fazer o que é normal, ajustar os projetos para que venham contemplar os nossos coletivos. Este projeto é uma iniciativa, vamos dizer, de empreendimento, tem algumas emendas às quais observei que sou favorável – ainda estamos em período de discussão – sobre o aumento da participação da sociedade, da representatividade junto às decisões. Quanto mais participação, mais discussões, levando a bons resultados. Também apresentei uma emenda que visa a assegurar ao poder público as decisões de edital de Chamada Pública de Projetos, porque, conforme conversamos com a área jurídica, a forma como está no projeto poderá criar algumas implicações legais. Então é visando a reformular, ajustar este projeto para que tenhamos inovações na nossa cidade, que possamos ter mais empregos. Isso a gente sempre apoia. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver.^a Lourdes. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 020/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Obrigado, Ver. Paulo Brum, presidindo os trabalhos, senhoras e senhores, eu fiz questão de me dirigir ao plenário para esclarecer, com toda transparência, a minha posição sobre este projeto. Li, inclusive, na imprensa, uma tentativa de pintar um cenário, basicamente dizendo que quem era contra este projeto, que cria o Fundo, era contra a inovação. Eu posso dizer que não sou contra a inovação, fui diretor de uma entidade privada de empresas de tecnologia, fui diretor jurídico, fui o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico que criou o poa.hub que é um espaço de inovação da Prefeitura. Infelizmente, ainda não se tem na poa.hub a sua principal razão de existir, que era a *open data*, era que o Município abrisse as informações que tem, obviamente, salvo aqueles que são resguardadas por sigilo fiscal, mas que abrisse as informações para os empreendedores acessarem e criarem alternativas inovadoras para problemas públicos. Infelizmente, não temos isso ainda, mas temos o poa.hub, isso foi, Ver. Valter, na minha condução da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Então, ninguém poderá dizer que sou contra à inovação. Sou contra, sim, a locar recursos do orçamento do Município de Porto Alegre, que foi votado nesta Casa com déficit de R\$ 336 milhões, votar uma dotação orçamentária que passa de R\$ 20 milhões para capital de risco. Eu verifiquei o dado do fundo de *startups*, do BTG Pactual: 75% das empresas quebram no primeiro ano, é um capital de alto risco! Parece-me que não combina capital de risco com recurso público, sou favorável à criação de um fundo, sim, que possa ter outras receitas que não de natureza tributária, sim, como há em outros

municípios, como há em outros estados, como há em outros países. Agora, compara-se com Estados Unidos, Estônia, Chile, Israel, Portugal, eu fui ao Índice de Liberdade Econômica da Heritage Foundation: Estados Unidos, 12º lugar, a Estônia, 15º lugar; Chile, 18º lugar; Israel, 27º lugar; Portugal, 62º lugar; Brasil, 150º lugar – é por isso que o dinheiro não vem para o Brasil e para Porto Alegre. Como disse o Ver. Valter, a gente quer a licença ambiental de uma empresa que só tem computador. A gente quer o alvará, a gente quer a licença, para construir uma sede leva anos, então, não é o problema de falta de dinheiro público. Sou favorável a grande maioria das propostas que vêm do Pacto Alegre, participei da sua concepção, participei da sua instalação, sou favorável, mas não posso acreditar que a alternativa que nós temos para desenvolvimento da inovação em Porto Alegre é botar dinheiro público, ainda mais com um comitê gestor que é nomeado mormente pelo Sr. Prefeito. Vereador João Carlos Nedel, nós temos um Orçamento - V. Exa. foi relator do Orçamento – de R\$ 336 milhões de déficit em Porto Alegre. Nós temos emendas, Ver. Cassio Trogildo, orçamentárias impositivas. Eu propus a compra de respiradores para uma CTI neonatal de um hospital público, e a Prefeitura entra na Justiça dizendo que isso arruinaria o Orçamento de Porto Alegre, arruinaria o Orçamento. Está no Judiciário a compra de respiradores para uma CTI neonatal. Pergunto: Porto Alegre tem R\$ 20 milhões para um fundo de capital de risco? Me parece que não, há outras soluções ao setor da inovação. Contem comigo, mas não nesse projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Mauro Zacher, ao PLCE nº 020/19.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCE nº 020/19.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde, vereadores e vereadoras, eu acompanho, já de longa data, os avanços e as legislações que foram criadas no que diz respeito aos incentivos para a área de pesquisa, ciência e tecnologia aqui no Município de Porto Alegre. Nós aprovamos uma legislação em 2013, talvez alguns vereadores que estavam aqui nessa época devam se recordar, e a legislação que chega neste momento a esta Casa sobre esse assunto basicamente retira parte dessa legislação já aprovada, cria uma nova, revoga aquela parte da lei, revoga aquela legislação. Criando este fundo que eu diria mais aberto e que prevê não apenas recursos privados, como é na lei atual. A lei atual só prevê que terão incentivos para empresas de tecnologia, recursos privados. E essa nova legislação abre para que o Município possa usar, quem leu atentamente o art. 5º viu que permite inclusive, Ver. Adeli, que podem ser usados recursos de fundos públicos para investimento nessas empresas de alta tecnologia, as nossas *startups*, o que é capital de alto risco como bem trazido aqui pelo Ver. Ricardo Gomes. Quer dizer, eu não vejo o porquê de o Município se aventurar no uso de recursos sejam de fundos, que são específicos, ou recursos escassos do tesouro, como muito bem lembrado pelos vereadores que me antecederam, que faltam para tudo.

Aliás o prefeito tem sido o grande profeta do apocalipse das contas públicas. Eu não vejo de que maneira terá segurança jurídica nisso, segurança institucional para que o Município possa tomar uma decisão de investimento de alto risco! Eu ainda discuti com outros vereadores, o Ver. Camozzato me atentou para uma outra situação...

Vereador Ricardo Gomes (DEM): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Desculpa consumir o seu tempo, vou ser breve no aparte. Inclusive tenho dúvidas da legalidade do aporte feito ainda neste ano, já que estamos no quarto ano do mandato. A lei eleitoral não permite alocação de subvenções que não tenham sido constantes do orçamento e executados nos três anos anteriores. Parece-me que, mesmo que aprovado fosse, a prefeitura, neste ano, não poderia colocar recursos nesse fundo, sob pena de cometer um crime eleitoral.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Ver. Ricardo, o Ver. Camozzato me alertou que os integrantes do governo teriam relatado que a compra de participações de empresas de tecnologia facilitaria, para o governo, a não necessidade de licitação dessas tecnologias! Mas são as mesmas investigadas do Michel Costa, da Carris! Mas o que é isso, gente? Porque a legislação de licitações permite, dá respaldo para aquisição de novas tecnologia, e se é essa a pretensão do governo, quero dizer que eu voto contra! Porque, se depender da pretensão das *startups*, das empresas de tecnologia, elas estariam aqui. Eles não desejam investimento público, aliás, eles querem um ambiente propício para os negócios, querem liberdade para empreender, não investimento público. Quero fazer esse alerta ao governo, para que repense. Acho que a legislação atual é boa. Se nós mantivéssemos os artigos que falam sobre recursos, acho que a gente poderia aprovar. Eu, inclusive, apresento uma emenda, mantendo os artigos, que não permite que recursos públicos sejam colocados nesse fundo, não apenas porque nós temos insegurança jurídica, investimento de alto risco, mas também porque as *startups* não desejam recursos públicos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCE nº 020/19, por cedência do tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver. Mendes, por ceder o seu tempo. Gostaria de cumprimentar o Ver. Presidente, Paulo Brum, os demais colegas e público que nos assiste. Ouvi a fala do Ver. Mauro Zacher e gostaria apenas de fazer um reparo. Quando eu falo sobre a premissa do projeto, que é conseguir comprar tecnologia sem ser via a lei de licitações, é porque, de fato, a lei de licitações tem uma série de amarras que, às vezes, prejudica que nós tenhamos tecnologia de ponta sendo aplicada no Município. Por esse viés, entendo que, de fato, é interessante pensar em alternativas que atendam ao cidadão, que atendam uma melhor

prestação de serviço, o que, nem sempre, a Lei nº 8.666 consegue possibilitar. Eu apenas lamento a forma encontrada pelo governo. Eu trabalhei com *startup*, empreendendo, durante muitos anos da minha vida, e existe uma diferença muito grande entre aceleração de negócios, aceleração de *startups* e aquisição de participação social. Esse projeto, muito embora traga essa inovação, do ponto de vista da forma de lidar com recursos públicos e as *startups*, acho que ele é temerário pela maneira com que se organiza do ponto de vista da governança. Aceleração é uma coisa que o Brasil já conhece; aceleração de *startups* já existe em outros municípios e estados e trata, por exemplo, de subvencionar, durante um determinado tempo, um mês, dois meses, seis meses, um projeto inovador, aprovado por uma banca técnica, que será acompanhado, de perto, por fiscais, auditores que poderá ver se ele está cumprindo suas metas, de acordo com a seleção do programa. Uma vez que ele não cumpre suas metas, ele é desligado do programa. É diferente de comprar participação societária, quando você vai lá e se torna sócio de uma *startup*, que é um empreendimento de alto risco, mais de 80% não se tornam sequer bem-sucedidas num horizonte de três, quatro anos, enfim, e, por meio da participação societária, usufruir do direito de uso da tecnologia. Então, eu acho que isso é temerário, pois, primeiro, nós temos um risco aqui, Ver. Ricardo Gomes, de estar criando uma espécie de incubadora de estatais de tecnologia; uma *startup* bras – diz o Ver. Ricardo Gomes. E isso, de fato, é um ponto que o projeto ainda não corrigiu, e que me causa preocupação. Apontei isso, acho que é importante destacar, tanto o Paulo Ardenghi Rizzardi, diretor de inovação, quanto os demais membros da Secretaria, e também diversos acadêmicos têm acompanhado as discussões, têm sido muito cordiais e muito abertos a sugestões, mas nós sabemos que algumas das premissas ali não estão sob negociação, não são passíveis de alteração; e uma delas é justamente essa questão societária, que tanto me preocupa. Eu acho temerário a Prefeitura virar sócia, podendo virar sócia a cada ano, de dez diferentes *startups*, chega no final de uma legislatura, vai ser sócia de 40 *startups*. Ainda tem um grande poder concentrado nas mãos do prefeito, que indica o comitê gestor, tem a sua maioria durante todo esse processo de avaliação e depois de acompanhamento do programa, não me parece uma coisa saudável também do ponto de vista do próprio controle do programa, se a gente quiser, e eu acredito que essa equipe que está aí hoje é muito competente, muito qualificada e não duvido das boas intenções, mas eu não sei o que vai ser daqui a quatro anos, daqui a oito anos. E agora, com a Manuela liderando pesquisas, que dirá a Manuela nomeando o comitê gestor de um fundo municipal de inovação, podendo adquirir capital social de *startups*, vai colocar que tipo de pessoa lá para tomar essa decisão? Que experiência tem de investimentos em *startups*?

O SEED é um exemplo que eu andei estudando agora nos últimos dias que é o programa de aceleração lá de Belo Horizonte, Minas Gerais. E o SEED trata justamente de bolsas entregues a *startups* para que, junto com um trabalho de acompanhamento, educação, capacitação dos times, se possa acompanhar a evolução daquela *startup*; não tendo evolução, ela é desligada do programa. Não existe, portanto, essa possibilidade de aquisição de participação social virar, futuramente, ações de *startups*, sem ter lucros e proventos vindos para o caixa da Prefeitura ou do governo do

Estado, e por aí vai. Então eu acho que quando o fundo de inovação vai além dessa ideia de aceleração e parte para aquisição, para ser empreendedor junto, eu acho que ele extrapola aquilo que é razoável. Eu não consigo me sentir à vontade de não apontar isso enfaticamente, como eu tenho tentado fazer, me senti muito desconfortável em fazer esse debate tão apressadamente porque o projeto acabou ganhando urgência agora, foi discutido mais aprofundadamente nas últimas duas semanas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Encerrada a discussão.

Aprego a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLCE nº 020/19.

Aprego a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 020/19.

Aprego a Emenda nº 09, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, ao PLCE nº 020/19.

Em votação o PLCE nº 020/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Paulo Brum, o Ver. Camozzato que já deu como favas contadas a eleição da nova prefeita de Porto Alegre que vai assumir no dia 1º de janeiro do ano que vem, Manuela D'Avila, se ele achar inconveniente e ele estiver reeleito como vereador aqui, o que é sua pretensão, poderá revogar a lei, simples assim. O problema é que este debate, neste momento, está virando palco de discussão político-partidária-eleitoral, pouca economia, nada de sociologia, e assim vamos nós. Eu daria atenção às preocupações que o Ver. Mauro Zacher colocou aqui, primeiro porque ele é economista: a emenda é bastante consistente segundo a visão que o Vereador está propondo. Nós, como participamos ativa e decididamente na segunda, na terça, na quarta, na discussão com as instituições, com a Prefeitura, achamos que o arcabouço proposto não nos coloca numa situação de, vamos falar uma linguagem que todo mundo entende, enfiar dinheiro público pelo ralo. Não é a nossa visão pelo que nós conseguimos discutir com os centros tecnológicos. A visão que o Ver. Ricardo Gomes tem é uma visão eminentemente liberal de que o estado não pode ser o impulsionador desse tipo de economia, não pode ter essa participação. Eu respeito totalmente a sua posição; nós, que somos de uma política de desenvolvimentismo – e aí me perdoa o Mauro, um pouco bebo no João Goulart, no Fernando Ferrari –, acho que nós estamos caminhando numa linha nesse sentido de uma participação.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Zacher.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): É encaminhamento, não posso dar aparte, mas estou dialogando com Vossa Excelência. Eu não quero dizer que seja um projeto que a gente pode abraçar com as duas mãos, mas também não é um projeto que não teve evolução aqui. Não é aquilo que veio para cá, que era vago, Paulinho Motorista, muito vago, impreciso; nós conseguimos dar uma outra roupagem, não foi aquela camiseta que eu usava ontem, que o senhor usava hoje, mas outra roupagem, engravatado, digamos assim, o projeto evoluiu! Nesse sentido, a bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar favoravelmente, e esperamos estar acertando com as instituições, com o poder público local de caminhar no sentido de aplicação de recurso que vai voltar para a cidade em retorno de novas tecnologias, especialmente porque é um setor que arrecada muito ISS.

Vou terminar falando especialmente para o Ricardo Gomes e para o Felipe Camozzato: eu participei durante oito anos de um debate aqui dentro sobre a mudança da alíquota de ISS, que era 5%. Todo mundo na informalidade, nota fiscal não existia, era recibo, quando as empresas não estavam cadastradas em outros municípios. Nós diminuímos, hoje, pela lei, pode ser de 2% até 5%, e a arrecadação aumentou incrivelmente, porque todos os birôs na área de tecnologia conseguiram se legalizar, e eu espero que qualquer *startup*, qualquer suspiro que se dê já vire uma MEI e que depois possa virar uma empresa com sua fixação

na cidade de Porto Alegre, que a gente não dependa do Vale do Silício, como estamos dependendo hoje, e que a gente faça essa ponte que eu falei antes, entre a inovação que vem da academia, que vem dos centros tecnológicos e a nossa empresa municipal, a Procempa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 020/19.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver. Paulo Brum. Só respondendo ao Ver. Adeli. Ver. Adeli, como advogado, Bacharel em Direito, deve saber que, por uma questão de competência, eu não posso propor a revogação desta lei, uma vez que ela é de competência municipal. Então, não adianta, preciso discutir, exercer o meu papel de vereador, de fazer com que a melhor legislação possível seja aprovada, e aquilo que eu considere ruim não seja. Uma vez aprovada, aí eu vou ter que rezar para que o prefeito seguinte, caso ache e concorde comigo que ela não está sendo proveitosa, tente revogá-la.

Vou concluir um pouco do meu raciocínio. Eu acho que esse projeto vai além das federações de *startups*, ele tem muito boas intenções, tem muita gente boa trabalhando nele, tem muita gente boa tentando construí-lo. Mas, uma vez que ele se imiscuiu na tarefa de adquirir participação societária de *startups*, ele entrou numa zona muito perigosa, onde não existe nada igual no Brasil, e muito embora eu tenha sim apetite para riscos, sou um investidor, pessoa física, fui empreendedor, trabalhei com

startups, o apetite por risco tem o risco do meu patrimônio, da minha reputação, e não do recurso público. E tomar risco com o dinheiro dos outros, é muito mais fácil. É muito mais fácil. Eu não consigo me sentir confortável em ser, talvez, tão tomador de risco, num momento em que Porto Alegre padece de tantas outras necessidades, muito embora eu concorde que seja necessário a gente pensar em formas de melhorar o ambiente de inovação. E acho que a Prefeitura tem muito mérito no que tem feito nos últimos tempos, e eu preciso reconhecer aqui o que tem sido feito os últimos tempos, as melhorias do 4º Distrito, a própria criação e a unidade ser em torno do Pacto Alegre, uma série de novos negócios que estão vindo, se instalando. Porto Alegre tem crescido o número de *startups*, é a segunda capital que mais tem *startups*. Ou seja, nós temos o movimento empreendedor que está se consolidando, está cada vez mais crescendo. Então, não me parece que precise a Prefeitura aplicar recurso público para comprar participação em empresa. Eu acho que se nós tivéssemos, talvez, um fundo voltado para incentivar o que nós já temos, de ecossistemas, seja através de *hackathons*, seja através de outros tipos de auxílios que já existem em outros lugares e são bem validados e correspondem aos resultados que se esperam, como é o caso do SEED, aí nós poderíamos, talvez, dar um voto de confiança e fazer aqui, mas nós estamos tentando algo muito novo, algo que extrapola, inclusive, aquilo que eu considero razoável. Eu acho que, por exemplo, podemos melhorar mais o ambiente para quem quer inovar e criar na nossa cidade, reduzindo tributos, melhorando a infraestrutura da cidade. O 4º Distrito, por exemplo, que é muito debatido aqui, muitas empresas de tecnologia, quando vão avaliar se instalar em Porto Alegre, pensam se vale a pena se instalar num imóvel no 4º Distrito, que sofre com alagamentos, quedas de luz com certa frequência. O risco acaba fazendo com que elas não queiram se instalar lá; vão para outros lugares. A gente teve um caso recente de uma empresa que comercializa ingressos digitais, que ela não consegue lidar com o processo de cobrança de tributo da Secretaria Municipal da Fazenda. Não conseguiu chegar num consenso: primeiro, a alíquota é mais alta do que em outras cidades; segundo, o processo de cobrança é extremamente complexo. E a empresa só está aqui ainda por uma questão de resiliência, porque poderia estar em qualquer outra cidade do Brasil, como Florianópolis, São Paulo, Campinas, que têm uma legislação mais favorável, tributos menores e é mais fácil de conseguir emitir notas fiscais, fazer a sua cobrança e tudo mais. Então, existe uma série de outras iniciativas que compete ao Município que não coloca o capital do pagador de impostos sob alto risco para que a gente consiga melhorar o ambiente empreendedor. Muito embora eu aprecie demais os movimentos que estão sendo feitos para consolidar este movimento de inovação, de empreendedorismo, como é o caso do Pacto Alegre e de suas iniciativas, eu acho que aqui se extrapolou as intenções e partiu-se para um campo muito perigoso que é o da possibilidade de uma incubadora de *startup* de economia mista e todos os desdobramentos que isso pode acarretar.

A governança aqui é um ponto nevrálgico e está bastante comprometida pelo regramento. Tentei colaborar com as emendas, tentei colaborar também nos grupos de trabalho. O tempo foi muito curto para que a gente pudesse inclusive discutir outras coisas que estão acontecendo pelo mundo, mas infelizmente o tempo não foi suficiente

para que a gente conseguisse vencer tudo. Então, fica aqui meu encaminhamento, vai ser da seguinte forma: todas as emendas que eu veja que pretendem melhorar o projeto, torná-lo melhor, eu votarei a favor, mas, em tese e por premissa, eu sou contra o projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 020/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero dizer que eu aprendi muito hoje ouvindo pessoas de todos os pensamentos políticos. Ouvi o Ver. Adeli, o Ver. Ricardo Gomes e o Ver. Felipe Camozzato que são liberais. Também sou liberal, mas eu tenho uma pequena, não sei se é, contribuição, pedi para fazer uma reflexão. Se você incentiva através de não cobrar impostos, é uma renúncia, é um dinheirinho que dá adiantado. Ninguém gosta de pagar imposto, mas é necessário o imposto. A indução pode se dar assim: não vou cobrar imposto do setor, ou vou ajudar pequenos que ainda não conseguem pagar o imposto, vou ajudar esses pequenos a botar a cabecinha para fora, a gerar impostos também. Eu vou dar um exemplo que ajudou muito a manter empresas no Rio Grande e é usado em todo o Brasil. No Rio Grande, o fundo se chama Fundopem, que ajudou o polo petroquímico, as indústrias de peças, a GM. O que é que esse fundo fez? Segurou as grandes empresas aqui ou trouxe-as para o Rio Grande do Sul. É um fundo, e não deixa de ser dinheiro público, é dinheiro público sim. Teoricamente, o Fundopem é um dinheiro que você deixa de pagar e, quando atinge certos anos ou certo investimento, começa a devolver para o Estado. É uma visão diferente de cada um. O que nós não podemos é enfiar a cabeça no buraco e deixar o momento passar. O momento agora é de querer empresas sem chaminé. Porto Alegre perdeu todas as indústrias, elas foram embora. Foram embora para Cachoeirinha, para Gravataí, para todos os lugares, e Porto Alegre é uma cidade de serviços, tem que ser de serviços. Nós precisamos aumentar a arrecadação em cima de tecnologia ou de agregar valor às mercadorias que aqui se produzem. Que coisa boa agregar valor aos grandes projetos de TI. TI não é só computador, não é só a EPTC, não; TI serve para uma empresa de costura, serve para uma empresa de corte de tecidos. A tecnologia da informação ajuda as pessoas, por isso eu quero dizer com todo o respeito que eu tenho por quem falou contra o projeto: eu acredito e, se for tão ilegal assim, alguém vai dizer: “Olha, não dá, pela legalidade”; “Não vai dar para emprestar dinheiro pela legalidade”. Mas eu acho que nós temos a obrigação, sim, de ajudar as pequenas empresas de tecnologia da informação. Nós precisamos criar a cultura, e é nisso que nós temos que investir, e tenho certeza que esse dinheiro vai ser barato.

O Ver. Comassetto criou uma tecnologia de construir muitos apartamentos com preços baixos e com uma boa qualidade.

(Aparte antirregimental do Ver. Engº Comassetto.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Alta qualidade, diz ele, e eu acredito. Depois desse comercial que eu fiz para a empresa do Ver. Comassetto...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Mas ele se preocupou. O maior construtor de apartamentos em Porto Alegre no dia de hoje é o Ver. Comassetto. Ele está atingindo toda a Porto Alegre também, está indo lá na Zona Norte também.

Para completar, eu vou votar neste projeto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):...Para concluir, eu diria o seguinte: respeitando todas as opiniões contrárias, eu vou pela minha opinião, que é da indução com dinheiro para criar novos empreendedores, que esses também comecem a pagar imposto logo aí na frente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Lourdes Sprenger reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 020/19.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Meus caros vereadores e vereadoras, aqui no campo das escolas econômicas, Adeli, quero ressaltar não só a importância do investimento do Estado, em alguns momentos, ao ser o indutor em alguns setores, ou criar um ambiente institucional para que se garanta confiança do empreendedor para que venha investir na cidade e no País... E aqui eu relembro aos vereadores Camozzato e Ricardo Gomes, que o Elon Musk, proprietário da SpaceX, que lançou os foguetes ao espaço, teve um aporte bilionário da NASA; depois de ele e o setor privado terem feito vários investimentos, tornou-se um grande projeto e aí, sim, teve um aporte da NASA, porque os Estados Unidos não queriam abrir mão daquela nova tecnologia que estava sendo feita ali. Então se tornou algo estratégico para o país, algo que a gente apoia, evidentemente, porque, quando surgem empresas que despontam em tecnologia, evidentemente que o país não pode abrir mão delas.

A segunda questão, Ver. Idenir Cecchim, é que não há como comparar com o Fundopem este projeto. O Fundopem tem um requisito enorme para que as empresas se credenciem e possam usufruir do incentivo fiscal, e é por isso que é exemplo para o

País há tantos anos. Nos governos, em toda campanha se pede para abrir a caixa-preta, mas passou o PMDB, o PT, o PSDB e ninguém abriu a caixa-preta! Por quê? Porque o incentivo fiscal do Fundopem tem garantido que a nossa indústria, principalmente, que sofre com a questão geopolítica, porque está na ponta da federação, permaneça no Estado. Só isso! Esse projeto não traz nenhum tipo de compromisso para a empresa, quer dizer, nós estamos abrindo a possibilidade para colocar recurso público em capital de alto risco. É só isso! Eu estou dizendo para os companheiros para que a gente faça a análise. Aliás, eu quero aqui lembrar, Ver. Mendes Ribeiro – nós estávamos discutindo há poucos minutos –, que esta Casa também aprovou um projeto de incentivo fiscal, já existe legislação para empresas que se instalem no 4º Distrito e que possam gozar de incentivo fiscal, tanto de ISS quanto de IPTU. O Ver. Valter Nagelstein não está aqui neste momento, mas comigo fez parte do comitê executivo que começou o projeto 4D, e lá, inicialmente, o Município já deu incentivo fiscal. Vamos trabalhar essa legislação, quem sabe a gente amplifica. Aliás, tem um questionamento: “Só por que é o 4º Distrito?” Não, porque nós gostaríamos de manter as empresas em Porto Alegre, e que se pudesse transformar o 4º Distrito num centro, numa grande área tecnológica que pudesse aportar essas empresas. Essa é a discussão, não é uma questão de escola econômica, mas, sim, sobre o projeto, os efeitos e os perigos que ele traz. Há uma abertura total da possibilidade de recursos públicos num investimento sem nenhum tipo de controle, sem nenhum tipo de compromisso que essas empresas tenham com o Município. Então, é essa a questão e por isso que eu apresentei a Emenda nº 07, em que eu trago ao projeto atual, sobre o qual já existe uma legislação – na verdade, o projeto atual retira a questão do Fundo –, que cria uma legislação específica para o Fundo com a possibilidade de botar e aportar recursos públicos, que podem ser do Previmpa, quem sabe? Podem ser recursos dos servidores públicos que podem estar aportando *startups* sem o menor tipo de controle, sem nenhum tipo de compromisso de geração de emprego, de retorno fiscal para o Município. Então, não há nem garantia de que essas tecnologias ficarão na cidade. Então, diante disso, eu apelo a vocês, não sou contrário ao projeto, porque pouco traz de novidade, mas sou contrário ao aporte de recursos públicos nesse Fundo que o governo apresenta.

(Aparte antirregimental do Ver. Mendes Ribeiro.)

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Isenção de ITBI, o Ver. Mendes Ribeiro me traz. Não são apenas incentivos de IPTU e de ISS, mas também de ITBI. Quer dizer que o Município, esta Casa, já oferece às empresas de alta de tecnologia incentivos fiscais para que se instalem lá no 4º Distrito.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, vereador.

Em votação a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 020/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Alvoni Medina, a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 020/19. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 29 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, a Subemenda nº 02 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PCLE nº 020/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, a Emenda nº 02 ao PCLE nº 020/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 06 votos **SIM** e 25 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 04 ao PLCE nº 020/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 08 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 05 ao PLCE nº 020/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 ao PLCE nº 020/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 16 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, a Subemenda nº 02 à Emenda nº 05 ao PLCE nº 020/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 28 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 06 ao PLCE nº 020/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 19 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Zacher, a Emenda nº 07 ao PLCE nº 020/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**, 17 votos **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 08 ao PLCE nº 020/19. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 09 ao PLCE nº 020/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 30 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o PLCE nº 020/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**, 05 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Apregoo a Emenda nº 10, de autoria do Ver. Farid Germano Filho, ao PLL nº 051/16.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Farid Germano Filho, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 10 ao PLL nº 051/16 à apreciação das

Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. José Freitas, ao PLL nº 017/18.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 017/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 021/15.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 021/15 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Engº Comassetto e outros, ao PLCL nº 022/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 022/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 3137/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 051/17, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que institui a Política de Sustentabilidade, Enfrentamento das Mudanças Climáticas e Uso Racional da Energia, cria o Programa de Premiação e Certificação em Sustentabilidade Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela rejeição do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 03-03-20 (terça-feira).

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em discussão o PLCL nº 051/17, com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Em votação o destaque do art. 15 e parágrafo único do PLCL nº 051/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha aqui nas galerias e também pela TVCâmara. No ano passado, nós aprovamos este projeto cuja ementa institui a política de sustentabilidade, o enfrentamento das mudanças climáticas e o uso racional da energia; cria o Programa de Premiação e Certificação em Sustentabilidade Ambiental de Porto Alegre. Nós aprovamos este projeto no ano passado, Ver. Prof. Alex Fraga, por 25 vereadores, que foram favoráveis, e apenas um vereador que, no momento, foi contrário à aprovação do projeto – um tema extremamente atual. Quem hoje achar ou puder crer que mudanças climáticas, Ver. Paulo Motorista, são invenção de alguém que trabalha com meteorologia ou invenção de cientista, Ver. Hamilton, está, com certeza, no caminho oposto do que as pesquisas têm apontado, Ver. Luciano Marcantônio, por todo mundo. É visto, Ver. Aldacir Oliboni, o degelo nas geleiras, nas calotas polares. As mudanças climáticas em termos de comportamento do clima, Ver. Márcio Bins Ely, são as temperaturas de 50° C no verão da Europa; as nossas próprias temperaturas aqui. Os eventos climáticos que têm acontecido na cidade; talvez, o mais recente e mais contundente tenha sido o de 2016, que foi algo parecido com um miniciclone, Ver. Farid, que aconteceu na nossa cidade e pegou do Gigante da Beira-Rio em direção ao Centro e dizimou diversas árvores, estragou diversos prédios. Coisa que não estava nem prevista, não era nem detectada pelas previsões meteorológicas. Portanto, o nosso projeto foi aprovado pela quase totalidade dos vereadores presentes naquele momento e teve algumas partes vetadas, Ver. Mauro Zacher. Eu entendo, Ver. Mendes Ribeiro, que o momento da aprovação é um momento e o momento do veto é outro momento. Nós estamos por solicitar a esta Casa que acate o veto em uma parte, na parte referente ao art. 15, que trata da questão de incentivo no Imposto Predial e Territorial Urbano, que nós entendemos que podemos acatar as razões do veto, mas em todas as outras partes vetadas, são artigos específicos, nós entendemos que a manutenção do veto descaracteriza o que propusemos no projeto. Então nós fizemos o destaque do art. 15, estamos encaminhando para acatar essa parte do veto e manter a aprovação original de todo o resto do projeto. Era o que tinha para o momento, agradeço a todos e conto com a colaboração daqueles que puderem nos acompanhar no acatamento do veto do art. 15 e na manutenção do que aprovamos originalmente nas outras partes vetadas. Agradeço, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do destaque do art. 15 e parágrafo único do PLCL nº 051/17, com Veto Parcial.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. O tema do veto que está para ser votado daqui a pouco diz respeito a uma área que me é muito sensível. Como biólogo de formação, consigo perceber, através da análise dos artigos científicos e trabalhos que os colegas acadêmicos ou de institutos de pesquisa vêm produzindo nos últimos anos, que isso assombra a todos. Infelizmente, boa parte da população não consegue perceber os riscos envolvidos nas mudanças climáticas para a preservação da nossa própria espécie. Nós, biólogos de formação, percebemos que, ao longo da história da vida neste planeta, eventos de extinção acontecem, e acontecem numa frequência grande. Os seres humanos vêm, nos últimos anos, apressando esses movimentos de extinção das espécies vegetais, animais e de microrganismos, Ver. Paulinho, que me assiste atentamente. Eis que a nossa espécie não pode sobreviver sozinha, sem um planeta que lhe dê suporte, que lhe dê recursos para a própria sobrevivência. Portanto, não podemos pensar que os impactos que causamos ao nosso planeta, à nossa terra-mãe não terão um impacto negativo na nossa própria sobrevivência. Estamos às vésperas de uma crise hídrica mundial, em que um recurso que será muito precioso daqui para frente vai ser água, água passível de tratamento, porque boa parte dos corpos hídricos já tem comprometimento e tem a sua saúde prejudicada. Portanto, precisamos estar atentos aos impactos negativos que nós temos feito à natureza e precisamos pensar em políticas públicas que garantam um ambiente mais saudável, que permita a nossa sobrevivência por mais algumas gerações na terra.

Um programa municipal, uma política pública de enfrentamento a essas mudanças é muito bem-vinda, principalmente porque aqui no Rio Grande do Sul – no Rio Grande do Sul, não vou falar no nosso Município porque aqui não há geração de energia através de usinas –, infelizmente, muitos municípios dependem ainda de uma matriz energética arcaica, que é o carvão mineral, matriz energética que movimentou a revolução industrial no final do século XVIII. É o mesmo carvão mineral que continua a ser utilizado em situações de emergência nas usinas termelétricas do nosso Estado. O carvão mineral polui o ar, agrega gás carbônico na atmosfera contribuindo para o aquecimento global e, se não agirmos, talvez não tenhamos gerações futuras. Portanto, o projeto do Ver. Cassio Trogildo, votado e aprovado pela maioria dos vereadores desta Casa Legislativa, tem grande mérito, e nós, bancada do PSOL, votaremos pela derrubada do veto ao prefeito, porque é muito comum que projetos bons, projetos que qualificam a nossa cidade sejam desconfigurados através de vetos e tornem-se, futuramente, inócuos, inoperantes, e sem oferecer à população o que ele, na sua essência, trazia.

Portanto, o nosso encaminhamento como bancada do PSOL, Ver.^a Karen Santos, Ver. Roberto Robaina e eu, Prof. Alex Fraga, é pela derrubada do veto do prefeito Nelson Marchezan Júnior ao projeto que institui a política pública de

sustentabilidade e enfrentamento às mudanças climáticas e uso racional de energia no nosso Município. Uma boa-tarde de discussões e votação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal o destaque do art. 15 e parágrafo único do PLCL nº 051/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 09 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

Em votação nominal o PLCL nº 051/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**. Rejeitado o Veto Parcial.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h19min.)

* * * * *